

Políticas Públicas da Cultura e Administração Participativa

2




**Curso de Extensão
em Administração
Pública da Cultura**

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA


UFRGS
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL


ESCOLA DE
ADMINISTRAÇÃO

EXPEDIENTE

Governo Federal

Presidente da República Federativa do Brasil | Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República Federativa do Brasil | Michel Temer

Ministra da Cultura | Marta Suplicy

Secretária Executiva | Ana Cristina da Cunha Wanzeler

Secretário de Articulação Institucional (substituto) | Bernardo da Mata Machado

Universidade do Rio Grande do Sul

Reitor | Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor | Rui Vicente Oppermann

Pró-Reitora de Extensão | Sandra de Deus

Diretor da Escola de Administração | Hugo Fridolino Müller Neto

Chefe do Departamento de Ciências da Administração | Takeyoshi Imasato

CONTEÚDO E EXECUÇÃO

Equipe Técnica

Coordenação | Rosimeri Carvalho da Silva

Vice-Coordenação | Sueli Goulart

Analista Técnica | Eloise Helena Livramento Dellagnelo

Corpo Docente | Cristina Amélia Pereira de Carvalho, Diogo Demarco, Eloise Helena Livramento Dellagnelo, Fernando Lopes, José Marcio Barros, Maria Ceci Misoczky, Mariana Baldi, Rogério Fae, Sueli Goulart.

Equipe de apoio | Felipe Borges Amaral, Fernanda Acosta, Guillermo Cruz, Maria do Carmo Dambroz, Patrícia Tometich, Willian Ansolin.

Diagramação | Márcia Mylius

C331 CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de.

Políticas públicas da cultura e administração participativa / Cristina Amélia Pereira de. - Porto Alegre: Ministério da Cultura/UFRGS/EA, 2014. 54 p. - (Módulo 2. Apostila do Curso de Extensão em Administração Pública da Cultura).

1. Políticas públicas. 2. Políticas culturais. 3. Gestão cultural. 4. Administração pública. I. Título

CDU 351

Catálogo na publicação: Tânia Fraga – CRB 10/765

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Escola de Administração

Rua Washington Luiz, 855

90010-470 Porto Alegre RS

Fone: (51) 33083991

www.ufrgs.br/escoladeadministracao

SUMÁRIO

MÓDULO 2

POLÍTICAS PÚBLICAS DA CULTURA E ADMINISTRAÇÃO PARTICIPATIVA

PARTE I

CULTURA, POLÍTICA E SOCIEDADE..... 5

O que é cultura? 5

Política e Sociedade 8

PARTE II

POLÍTICA E CULTURA: O PERCURSO HISTÓRICO DE UMA DUALIDADE 13

A Era Vargas, as políticas culturais na constituição do Estado Nacional 14

O projeto cultural sob a ditadura civil-militar..... 17

A redemocratização e a política cultural 19

A mudança no fazer da política para a cultura 23

PARTE III

NA ARENA DA CULTURA, GERENCIALISMO X PARTICIPAÇÃO POLÍTICA 27

Quando a cultura é mercadoria..... 31

O exemplo peculiar do artesanato..... 32

A participação política na gestão da cultura 33

Construção e institucionalização do Sistema Nacional de Cultura 37

O caso singular do Programa Cultura Viva 41

O PCV como ponto de mutação das políticas públicas de cultura no Brasil 43

Contrapondo para compreender 45

Pontos de Exclamação, Interrogação e Reticências..... 48

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 51

Indicação de Leituras Complementares..... 54

CULTURA, POLÍTICA E SOCIEDADE

PARTE
I

MÓDULO
2

Refletir sobre as especificidades e desafios da política e da gestão pública para a cultura implica em compreender os conceitos que lhe servem de base, isto é, compreender o que é cultura — ou serão culturas? —, o que é política, a quem ela serve e que matizes há no modo de gestão. Este texto apresenta alguns dos debates possíveis a respeito destas questões, assumindo, no entanto, que não os únicos possíveis. Por se tratarem de assuntos carregados de práticas políticas cujos contornos estão inseridos nas visões de mundo que lhe dão sentido, têm inevitavelmente um viés ideológico, como qualquer outra possibilidade de debate teria.

Reconhecer estes vieses não fragiliza a discussão, nem abdica do desafio de enfrentar as questões importantes da gestão pública do nosso tempo, mas identifica de onde parte o discurso e o propósito do debate, neste caso para o fortalecimento e radicalização da democracia.

O que é cultura?

Uma das razões que nos obrigam a tentar entender o que significa cultura é que o significado que viermos a atribuir ao conceito vai delimitar o alcance das políticas culturais das administrações públicas. Estas se orientam pelo princípio da finalidade e, portanto, devem estar claramente delimitadas pelo escopo de seu fim nos limites do que é compreendido na lei. Isto significa que as políticas públicas da cultura não podem operar sobre questões educacionais ou assistenciais, e vice versa. Por essa razão, é importante esclarecer em que consiste o campo de abrangência das políticas culturais, já que nele deverão se enquadrar as ações propostas.

Albino Rubim, professor da Universidade Federal da Bahia e atual Secretário de Cultura do Estado, afirma que, ao adotar a concepção antropológica de cultura, o governo central ampliou a abrangência da intervenção das políticas culturais para o âmbito das culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, das periferias, etc.

Para qualificar esta discussão, decidimos recuperar as origens do termo “cultura”. Como muitos na nossa língua, remonta ao Latim, significando o cultivo e cuidado com plantas e animais. O antropólogo francês Denys Cuche (1999), ao escrever sobre a evolução do termo, afirma que ele adquire um sentido figurado no qual representa uma ação que serve para desenvolver uma faculdade ou a realização de potencialidades. Desta maneira aproxima-se do significado que irá adquirir no século XVIII, o Século das Luzes da revolução iluminista, quando se associa francamente com as ideias de progresso e razão.

Marilena Chauí
Filósofa brasileira (1941).
Professora de Filosofia da Universidade de São Paulo, escritora, foi Secretária de Cultura da cidade de São Paulo de 1989 a 1992. Tem dedicado sua obra a escritos filosóficos (é especialista em Espinosa) e escritos sobre filosofia para os não filósofos. Atuante e militante política, oferece um arcabouço teórico importante para se pensar a política brasileira como um todo e, em especial, a sua relação com a cultura. Dentre as suas principais obras estão: “Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo”; “Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária”, “Introdução à História da Filosofia”, “O que é Ideologia”, “Política em Espinosa”, “Cidadania Cultural”, “Simulacro e poder”.

A filósofa Marilena Chauí (2008), seguindo o mesmo raciocínio, defende que cultura se assemelha agora a civilização e progresso. As sociedades passam a ser medidas e comparadas pelo seu grau de civilização, que é determinado pelas suas práticas culturais. A cultura torna-se medida e critério para hierarquizar as sociedades, afirma ainda Chauí (2008), e a referência padrão é o modelo ocidental capitalista. O padrão dominante é formado pelo seu modo de organizar a economia por meio da supremacia dos mercados, das relações salariais e das trocas mercantis e pelo modelo estruturador do conhecimento adotado pelas sociedades ocidentais; às demais, restou a denominação de “sociedades primitivas”.

Esta é uma clara construção etnocêntrica das ideias, na qual se forma uma hierarquia das nações e dos povos, classificados em estágios “avançados” e “primitivos”. Estes últimos estariam fadados a desenvolver esforços para alcançar aqueles. Neste ponto, diz Cuche (1999), o termo cultura é empregado no singular para indicar o caráter universalista da ideologia iluminista, que o aproxima de “civilização”.



Percebe-se nestes parágrafos o quanto “cultura” é arena de disputa de significados. Tanto a sua apropriação por diferentes áreas das ciências como a popularização de seu uso resultam em diferentes propósitos. No Brasil, nos últimos anos, têm sido bastante disseminados o debate e o enfrentamento entre as **dimensões sociológica** e **antropológica** da cultura, depois de o ministro **Gilberto Gil** ter amplamente reverberado que o Ministério da Cultura passaria a orientar-se pelo conceito antropológico. Nunca um debate entre a sociologia e a antropologia foi tão amplamente popularizado como neste caso.

● **Dimensão sociológica.** [...] não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura refere-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, tendo, portanto, visibilidade em si própria. Ela compõe um universo que gere (ou interfere em) um circuito organizacional, cuja complexidade faz dela, geralmente, o foco de atenção das políticas culturais, deixando o plano antropológico relegado simplesmente ao discurso”. (BOTELHO, 2001, p.74).

● **“Na dimensão antropológica,** a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”” (BOTELHO, 2001, p.74).

● **Gilberto Gil — Músico brasileiro e ministro (1942).** Conhecido pela sua atuação como cantor-compositor no desempenho da qual figurou nos principais movimentos culturais brasileiros como o Tropicalismo e Doces Bárbaros, Gilberto Gil entrou para a história do país, também, na qualidade de Ministro da Cultura do Governo Lula, protagonizando uma nova proposta política para a cultura, entendida agora como um elemento central para a inclusão social e o desenvolvimento humano.

Como já afirmamos antes, o significado atribuído aos conceitos vai delimitar o alcance das políticas e a ação das administrações públicas; por isso, a distinção entre as duas dimensões da cultura representa não um exercício diletante mas, ao contrário, a luta para determinar o tipo e o caráter da

ação governamental. Esta pode ter como objeto de sua atuação um universo abrangente de cultura ou um universo específico das artes. Tudo vai depender do que será considerado “cultura”.

Dimensão fundamental para a transformação social, a cultura encerra um sentido que a faz permear a tessitura da sociedade e as políticas públicas. Numa sociedade desigual como a nossa, a produção, a disseminação e a fruição da cultura serão o resultado dessa desigualdade, e, certamente, refletirão a hierarquia social existente. É com essa preocupação que Chauí (2008) relacionou as variações da ideia de “cultura popular” — desde uma perspectiva romântica (que “vê” a cultura como a “expressão do espírito do povo”), até à perspectiva iluminista (que a identifica como “superstição e ignorância”, passível de ser corrigida pela educação) — todas partindo de diferentes projetos políticos.

Política e Sociedade

A política é inerente ao nosso cotidiano. É a política que dá a forma e a maneira de conviver com as diferenças e os conflitos sem que seja necessário recorrer ao uso da força. Esse convívio se intensificou quando as sociedades começaram a se organizar formando cidades. A conformação das cidades, cuja origem sempre é apontada na *polis* da Grécia antiga, provocou a criação de espaços públicos de convivência e debate entre os habitantes, que se contrapunham aos espaços privados restritos aos domínios familiares das residências. Esses espaços públicos tornaram-se locais de mediação e negociação entre os habitantes que ali expunham e debatiam seus diferentes interesses.

Foi o exercício da política que permitiu a convivência nos espaços comuns da *Polis*, pois é ele que facilita uma forma de organização das relações de poder na sociedade. Apesar de o exercício de poder e a autoridade já existirem antes da emergência da *polis*, eles não existiam na forma política, explica Chauí (2004a), mas tão somente na sua forma despótica

Pólis — ou Cidade-Estado é uma experiência de organização social e política surgida na Grécia no século XII a.C., aproximadamente, consistindo em cidades independentes cujas decisões políticas eram tomadas por cidadãos na *Ágora*, espaço de discussão e deliberações. Ser cidadão, na Grécia antiga, era um privilégio dos bem-nascidos, ou seja, dos proprietários de terras. Cabia a eles a deliberação, conseguida através de processo de votação, sobre os destinos políticos das Cidades-Estados. Essa experiência tornou-se o modelo inspirador para novos modelos de exercício do poder para as sociedades ocidentais, tornados realidade pela Revolução Francesa em 1879.



ou patriarcal. Em um sentido geral, a política pode significar todo o modo de direção de grupos sociais que envolva poder, administração e organização.

Para Hannah Arendt (2004) a política funda-se na pluralidade da sociedade humana, na convivência entre os diferentes e na possibilidade da igualdade dos direitos. Em sua definição, a política é um meio de respeito às diferenças e à pluralidade e de estabelecimento da liberdade.

Pela constante negociação entre óticas e interesses conflitantes, a política possibilita o convívio, mas, como afirma Chauí (2004a, p. 353), apesar de ter inventado a política “como solução e resposta que uma sociedade oferece para suas diferenças, conflitos e suas contradições, sem escondê-los sob a sacralização do poder e do governante e sem fechar-se à temporalidade e às mudanças”, a sociedade também inventou o Estado, como um modo de ordenar as relações políticas.

Para compreendermos o funcionamento e os modos de inserção ou intervenção na gestão das políticas públicas, é condição necessária compreender as concepções teóricas sobre o Estado que estão, cada uma, atreladas a suas respectivas visões de mundo.

Nas democracias capitalistas, a ideia do “bem comum” está implícita nas teorias clássicas do Estado que predominam. Segundo Martin Carnoy (1986), o pensamento vigente é de que o Estado é o resultado de uma concepção consciente produzida por um contrato social. Na maioria das constituições das democracias capitalistas ocidentais, o Estado corporifica o “bem comum” em substituição à lei divina que regia as relações entre os indivíduos e entre os governantes e os governados.

Um dos representantes da doutrina clássica do Estado, John Locke, defendia que é a proteção da propriedade privada que justifica a existência do Estado e, portanto, que o contrato social poderia ser desfeito sempre que ela não fosse respeitada. Para o filósofo iluminista Jean-Jacques Rousseau, o contrato

Hannah Arendt — Filósofa alemã (1906-1975).

Sua obra transitou pela teoria política e pela filosofia e é imprescindível para refletir sobre as principais questões do século XX. Dedicou-se a entender a condição humana e o exercício do poder. Estão entre as suas principais obras os livros **Origens do totalitarismo**, **A condição humana**, **Crises da República** e **O que é Política**.

Recentemente, sua vida foi tema de filme: **Hannah Arendt**. Dir.: Margarethe Von Trotta. 2013.

No link aqui indicado, você poderá conhecer a extensão de sua vida e obra e entender o alcance de seu trabalho:

Fonte: <http://filosofia.uol.com.br/filosofia/ideologia-sabedoria/28/artigo210008-1.asp>.

Karl Marx — Filósofo, economista e cientista político alemão (1818-1883)

A contribuição do pensamento de Marx para a compreensão da sociedade moderna e o desenvolvimento do capitalismo é enorme. Dedicou-se a compreender não só os mecanismos de funcionamento de um modo de produção específico (o capitalismo), mas também a desvendar as várias formas de obscurecer a exploração do trabalho, propondo ações de superação. Além dos estudos de economia, desenvolveu conceitos-chave para entender as relações sociais, tais como ideologia, classes sociais, luta de classes, materialismo histórico. Dentre as suas principais obras figuram "O Capital", "Ideologia Alemã", "18 Brumário", "Manifesto Comunista".

social seria capaz de estabelecer um Estado garantidor da liberdade e da igualdade, de acordo com a vontade geral do povo, mas desde que a propriedade privada fosse preservada como o mais sagrado dos direitos.

Por sua vez, representante da doutrina liberal, Adam Smith defendia que os homens são essencialmente movidos por interesses individuais e motivações econômicas e que, orientada desta forma, a ação humana maximizaria o bem-estar coletivo. Para ele, a função do Estado seria, então, instituir um sistema legal capaz de fazer funcionar livremente o mercado e, por conseguinte, maximizar os benefícios (CARNOY, 1986).

Em suma, apesar de suas diferenças, para estas tendências teóricas o papel do Estado é otimizar o funcionamento livre do mercado e, por conseguinte, maximizar os benefícios dos estamentos dominantes.

A perspectiva marxista de Estado veio provocar uma ruptura com o pensamento conservador ao defender que o Estado não é o defensor do bem-comum, mas o representante dos interesses de uma parte da sociedade. Marx apontou que o Estado era não uma entidade abstrata e universal, mas, sim, a expressão do conflito de classes e um meio de manter as relações entre elas, ou seja, manter a dominação. É neste preciso sentido que Viana (2003, p. 9) escreve que o Estado "é uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia com o objetivo de manter e reproduzir as relações de produção às quais ele está submetido".

Por isso o Estado não é um elemento neutro e igualitário que molda a sociedade no sentido da harmonia entre os indivíduos; ao contrário, ele é moldado pela sociedade desigual e excludente e, por isso, não está acima dos conflitos de classe, precisamente porque é a expressão política da estrutura inerente à produção capitalista, defende Carnoy (1986). O que a teoria marxista de Estado desconstrói é a ideia de um interesse comum universal, fundador e justificador do Estado; ao fazê-lo, também afirma que ele é instrumento de dominação de uma classe.



Para o pensador italiano marxista **Antonio Gramsci** (1999), o Estado compreende, dialeticamente, dois segmentos distintos e vinculados que são, por um lado, a sociedade política, responsável pela gestão do espaço público, que compreende os aparelhos de coerção, como o exército e a polícia mas também a administração, os tribunais e a burocracia, e, por outro lado, a sociedade civil, que engloba o conjunto de organizações responsáveis pela construção da direção moral e intelectual da sociedade, tais como o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, os meios de comunicação, as editoras, etc. A dominação, mediante a coerção, é exercida pela sociedade política, enquanto que, no seio da sociedade civil, as classes dominantes buscam aliados para conquistar e manter o consenso social e político. Por isto, é incorreta, ainda que muito disseminada, a ideia de que a sociedade civil é um campo pacífico, no qual se constrói o consenso de forma harmoniosa. Esse modo distorcido de compreender o que é a sociedade civil e o que nela acontece, muito difundido no campo das ações da cultura, gera, segundo Liguori (2006), uma noção equivocada de autonomia em relação ao Estado.

Recorrendo a uma analogia com a guerra, Gramsci diz que é na guerra de posição que, na sociedade civil, são construídos o consenso e a direção moral e intelectual da sociedade mas, também, que se desenrolam o conflito e a competição entre os movimentos de dominação e de emancipação.

Atualmente, afirma Norberto Bobbio (2004, p. 51), a sociedade se reapropria do Estado, e houve um processo não apenas de estatização da sociedade, mas também

”

[...] de socialização do Estado através do desenvolvimento das várias formas de participação nas opções políticas, do crescimento das organizações de massa que exercem direta ou indiretamente algum poder político, donde a expressão “Estado social” poder ser entendida não só no sentido de Estado que permeou a sociedade mas também no sentido de Estado permeado pela sociedade.

Antonio Gramsci — Filósofo e cientista político italiano (1891-1937)

Militante e um dos principais intelectuais marxistas do século XX. Preso pelo fascismo italiano por 8 anos, aproximadamente, foi na prisão que escreveu seus “cadernos do cárcere” uma coletânea de escritos analíticos sobre política e sociedade. São de Gramsci as principais contribuições para as teorias sobre hegemonia, Estado, sociedade civil.

O discurso de participação da sociedade civil toma vulto, sobretudo, pelo seu papel nos processos de redemocratização vividos no final do século passado, no desmantelamento das experiências socialistas ou na crítica aos Estados de bem-estar social e seu desrespeito à autonomia de setores sociais.

Numa leitura contemporânea sobre sociedade civil, como também dos espaços públicos não-estatais, o pensador alemão Jurgen Habermas confere ao direito um papel central na estruturação da vida democrática, na elaboração e na regulação de normas que possibilitarão a busca do consenso na ação comunicativa. Para o autor, a sociedade é considerada concomitantemente nas esferas política e pública. As estruturas sistêmicas do Estado e da Economia são separadas das estruturas comunicativas do mundo da vida, onde se localizam a participação, a opinião pública e a família, e ambas são cruzadas pelas esferas pública e privada. Não há visão dualista na distinção entre Estado e Sociedade, mas a esfera pública, constituindo-se como local de disputa entre princípios divergentes quanto à sociabilidade, tem por essa razão uma posição central na formação da vontade coletiva. É nela que a sociedade civil se torna uma instância de deliberação e legitimação dos poderes políticos e que os cidadãos podem exercer os seus direitos subjetivos públicos (VIEIRA, 1999).

Em Habermas a autonomia do espaço público é uma forma de revalorizar a primazia da comunidade e da solidariedade — afirma Vieira (1999) — e ainda possibilitar a libertação da sociedade civil, tanto dos controles burocráticos do Estado como das imposições econômicas do mercado, sendo ambos considerados como esferas isoladas das relações sociais. Acrescentando-se ainda o caráter indispensável da consolidação das formas de assegurar a participação de todos, sobretudo de grupos minoritários, pelo discurso, sem consideração do conteúdo, tem-se que a esfera pública “é a instância geradora de decisões coletivas e legitimadoras da democracia” (VIEIRA, 1999, p. 229).



POLÍTICA E CULTURA: O PERCURSO HISTÓRICO DE UMA DUALIDADE

PARTE
II

MÓDULO
2

Para compreendermos as raízes da relação Estado-Sociedade no Brasil, temos que retroceder a um tempo anterior ao estabelecimento de um Estado Administrativo nos anos 30.

Chauí (2004b) aponta uma origem teológica nas nossas raízes populistas, por estabelecerem a teocracia dos dominantes e o messianismo dos dominados. Ela explica que o populismo é um poder que busca realizar-se sem uma mediação política, uma vez que opera numa relação direta entre governantes e governados, estabelecendo uma tutela baseada numa relação de favor e clientelismos. Ele se assume transcendente ao social, ao mesmo tempo em que faz parte dele, mas também se caracteriza como poder despótico que é encarnado e incorporado na figura do governante populista, cujo poder é ilimitado e absoluto. Em síntese. Chauí (2004b, p. 21) nos diz que “sendo despótico, teológico e autocrático, o poder populista é uma forma paradigmática de autoritarismo político”.

Assim foi a base sobre a qual se estabeleceu a relação política entre o Estado e a sociedade no Brasil. A tradição autoritária perdurava mesmo após o estabelecimento de um Estado administrativo, aspecto que, junto com o intervencionismo, marcou a era Vargas. Nesse período, os anos 30, instala-se um governo autoritário, mas também predominantemente populista, que faz das massas urbanas a sua base de sustentação, enquanto se estabelece um corporativismo de Estado classista, em cujos conselhos de decisão política apenas os empresários tinham assento.

Estado Novo — Nome atribuído ao período histórico que se seguiu ao golpe de Estado planejado e executado por Getúlio Vargas e seus aliados, em 1937. Depois de sua ascensão ao poder pelo movimento de sublevação de 1930, permaneceu como chefe do Governo Provisório; contudo, novas eleições democráticas foram marcadas para 1937. Utilizando-se de um documento falso — o Plano Cohen — Getúlio Vargas e seus aliados deflagraram um golpe de Estado caracterizado por centralismo, nacionalismo, anticomunismo e autoritarismo, uma ditadura que vigorou até 1945.

Constituição da República Federativa do Brasil —

Promulgada em 1988 por uma Assembleia Constituinte após 25 anos de ditadura civil-militar, assegura diversas garantias constitucionais com o objetivo de proteger os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros no combate a diversos tipos de abuso de poder. Está em seu texto, por exemplo, a obrigatoriedade para realização de eleições diretas, a responsabilidade fiscal de governantes, a definição de tortura como crime e o entendimento de serem a educação, a saúde e a cultura direitos de todo cidadão, e assegurá-los, obrigação do Estado. A Constituição de 1988 já teve 77 emendas constitucionais e 6 emendas de revisão.

Plano Cohen — Documento forjado pelo então capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, com o objetivo de atribuir ao Partido Comunista brasileiro um plano de golpe de Estado e assim justificar o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas e seus aliados, em 1937. Surgiu assim o Estado Novo, uma ditadura de Estado que durou 15 anos.

Entre 1946 e 1964 a relação do controle estatal explícito é bafejada pelos ventos democratizantes do pós-guerra, e o governo populista estabelece alianças e realiza cooptações de líderes sindicais (TAPIA, 2004). Com a ditadura civil-militar (1964-1985), o Estado assume, novamente, postura autoritária e repressora na relação com a sociedade, reforçando seu desenho tecnocrático-corporativista e levando, por um lado, ao esvaziamento da elite política e, por outro, ao controle e à submissão da classe trabalhadora.

As mudanças sofridas pelas políticas culturais podem ser compreendidas melhor por meio destes elementos fundantes de alguns dos períodos significativos da história republicana brasileira, a saber: o período ditatorial do **Estado Novo**, que vai do golpe de estado de 1937 até à deposição de Getúlio em 1945; a ditadura civil-militar, de 1964 até metade da década de 80; a partir daí, o período do restabelecimento da democracia, cujos pontos altos foram a criação do Ministério da Cultura (MINC) em 1985 e a **promulgação da Constituição** em 1988; e, desde 2003, o governo progressista, que promove a ampliação do conceito de cultura.

A Era Vargas, as políticas culturais na constituição do Estado Nacional

O Estado Novo é instalado no Brasil quatro anos depois de Salazar implantar, em Portugal, em 1933, uma ditadura que inspira mais do que apenas a denominação do regime brasileiro. Em 1937, portanto, o governo, aproveitando o **temor provocado pelo Plano Cohen**, fraude produzida pelos integralistas, impede a realização das eleições já marcadas e instala um poder ditatorial.

Getúlio Vargas assume a presidência sob a marca do autoritarismo e do populismo. Embora a combinação possa parecer estranha, mostra-se eficaz para conduzir um projeto político assente no repúdio ao comunismo, nas suas origens, e, imediatamente na sequência, também ao liberalismo. No texto





MÓDULO 2

da Constituição de 1934, o voto direto e secreto, a alternância no poder, a garantia dos direitos civis e da liberdade de expressão asseguravam uma nova ordem jurídico-política.

O golpe de estado surge, no discurso oficial amplamente veiculado, para sustar a desagregação da sociedade brasileira e o desrespeito à autoridade. O Congresso Nacional é fechado, e os partidos políticos são proibidos; os estados da federação são submetidos ao poder central ao mesmo tempo que, em nome da eficiência e da racionalidade administrativa, é modernizado o aparato estatal. A forte repressão que se seguiu andou, porém, de mãos dadas com a modernização gerencial, ilustrada pela criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) ou do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A meritocracia na administração pública e o desenvolvimento do país coexistiam com a eliminação dos opositores ao governo e a redução das disputas políticas. A eficiência técnica impôs sua força ao exercício das diferenças.

No âmbito da cultura, assiste-se a um investimento significativo no plano simbólico/ideológico, com o objetivo de legitimar o projeto nacional do regime. E a cultura foi um campo político importante na construção da estratégia de estado. Dória (2007) afirma que “quando se trata da administração cultural, o período Vargas é visto como o ponto alto da trajetória do Estado brasileiro”. Forma-se uma estrutura institucional de promoção de políticas públicas para a cultura. São criados o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e diversos institutos nacionais para as artes. Pertencem a esse período também, afirma Moisés (1998), as iniciativas de criação e consolidação dos principais museus públicos do Brasil.

A formulação das políticas de caráter preservacionista é direcionada ao patrimônio histórico. Preservação e glorificação dos heróis são o mote, e as palavras do então diretor do Museu Histórico Nacional, recolhidas por Dória (2007), são elucidativas: “O Brasil precisa de um museu onde se guardem objetos valiosos — espadas, canhões, lanças”.



Os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (CPDOC, 1997).

A cultura nunca havia sido um instrumento político tão importante. Nessa altura ela já era uma peça fundamental na construção ideológica do regime. Para esse fim concorreu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), utilizando-se amplamente do cinema. Foram produzidas obras que apelavam à imagem da identidade nacional, ajustada ao gosto do Estado centralizador, que era responsável por definir os valores culturais que deviam ser preservados pela sociedade, associando cultura e política como condição para o progresso social. As instituições culturais obtiveram autonomia, mas, em contrapartida, em razão do isolamento técnico a que foram reduzidas, não ofereciam nenhuma ameaça ao regime (Cury, 2002). Era total seu descolamento das necessidades da sociedade e da maioria da população.

Se o Estado Novo se impôs em 1937, levado pelos ventos da ascensão nazista na Alemanha, foi também a vitória da democracia ao final da Segunda Guerra que acelerou seu declínio. Embora os espaços criados e administrados por uma visão extremamente técnica sofressem pressão para a politização de sua ação, a matriz administrativa formada nessas duas décadas havia consolidado a base e o desenvolvimento institucional da administração pública da área cultural, marcando-a pelo isolamento e a imunidade. Os órgãos públicos, confinados ao insulamento burocrático e isolados da sociedade, tinham dificuldades em justificar suas políticas, o que gerava resistências no apoio e na execução (Moisés, 1998).



O quadro mostrava políticas excludentes, uma burocracia insensível e descolada da realidade social, caracterizada por um país com altos índices de analfabetismo, entre outros desníveis gritantes, e repressão política que desencorajava reações dos setores populares.

O projeto cultural sob a ditadura civil-militar

O que se seguiu ao Estado Novo não foi, entretanto, uma fase de pujança democrática. A alternância ocorreu pelas mãos de setores conservadores que implantaram uma política econômica liberal de nefastas consequências para a imensa maioria da população. No plano político começou neste período a forte influência estadunidense sobre o país. No governo de Juscelino Kubitschek, uma fase desenvolvimentista — porém de marcado cunho econômico — impulsiona o Brasil, mas é o período da ditadura militar que marca elementos diferenciais para as políticas culturais.

Este período, que se inicia com o golpe militar de março de 1964 e vai até o início da década de 1980, sucede ao **nacional-desenvolvimentismo** do governo Kubitschek e ao **período democrático de João Goulart**, o presidente deposto. Instala-se um regime ditatorial marcado pelo autoritarismo, a repressão e, novamente, a eliminação física dos opositores. No Estado é reforçado o desenho tecnoburocrático e o esvaziamento da política. Mantém-se a dominação burocrática pela gestão pública que estrutura uma relação autoritária do Estado com a sociedade e reprime as iniciativas de participação crítica. Apesar disso, ou por isso, muitas formas e atos de resistência se estruturam e questionam o regime: partidos políticos, grupos armados e, no âmbito da cultura, os Centros Populares de Cultura.

Diversas estruturas públicas são criadas no período; o recém formado Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação (MEC) centraliza os assuntos culturais e artísticos, aumentando-lhes a importância no conjunto das



MÓDULO 2

Nacional-desenvolvimentismo

— Assim ficou popularmente conhecido o Plano de Metas, um programa de desenvolvimento posto em ação pelo então presidente Juscelino Kubitschek, eleito democraticamente em 1955. O programa propôs o desenvolvimento econômico do país pelo crescimento da industrialização e da infraestrutura.

Período democrático de João Goulart

— João Goulart foi o último presidente brasileiro eleito democraticamente antes da ditadura civil-militar que dominou o país de 1964 a 1985. Eleito como vice-presidente de Jânio Quadros em 1960, após a renúncia deste (1961) assumiu a presidência do país em meio a uma pressão avassaladora das forças políticas conservadoras, que não o apoiavam. Durante seu curto tempo de governo (1961-1964), procurou implementar políticas de avanço social, com reformas de base. A proposta ficou conhecida como Plano Trienal e previa reformas importantes para o avanço social e econômico do país, como a reforma agrária, reforma política, reforma educacional, reforma fiscal, reforma eleitoral e reforma urbana.

políticas do governo. Em 1978, já na fase final do regime militar, uma nova estrutura de coordenação dos assuntos culturais do MEC é formada: a Secretaria de Assuntos Culturais que, em 1981, é transformada em Secretaria da Cultura da presidência da República, adquirindo importância, prestígio e recursos para atuar (Moisés, 1998).

Mesmo assim, não se verifica o acesso da sociedade à cultura. A maioria da população continua alijada das atividades culturais e apenas uma parte da intelectualidade tem algum acesso às decisões dos órgãos públicos. Moisés (1998: 31-32) acrescenta:



a ação dos governos militares na área da cultura, se foi acompanhada da criação e da reordenação de instituições, revelando interesse de se ampliar o papel do Estado, teve também sua face repressiva ao censurar filmes, peças de teatro, publicações e outras formas de expressão cultural; ao mesmo tempo em que se criavam estruturas de apoio e de expansão das atividades culturais, restringiam-se meios de expressão artística e cultural, repetindo, de certa forma, o que havia ocorrido nos anos 30. Por isso, também no período dos governos militares, a cultura voltaria a ser objeto da ação dos ‘técnicos’ da área.

Apesar da repressão do regime, forma-se um amplo movimento cultural de resistência e, para Albuquerque (2004, p.19), “uma emergente ‘contracultura’ que se alastra pelo país e fora dele; os ‘novos movimentos’ tornaram-se espaços de rompimento de subordinações [...] de recusa de um lugar e de uma cidadania ‘regulados’ e restritos [...] fez desses movimentos sociais construtores de uma nova esfera pública no Brasil”.

Em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural, ligado ao Ministério da Indústria e Comércio, inaugura uma atuação na qual se separam as áreas da cultura e da educação. Apesar de mantida uma visão protecionista do Estado sobre a cultura, é inaugurada uma nova prática no setor cultural: realização





de seminários, com técnicos de várias áreas que atuam junto à sociedade civil, rearticulando os canais de reivindicação do setor. É a politização das ações do poder público há tanto reivindicada, mas na qual se percebe uma inclusão controlada de novos atores sociais por meio de estratégias de participação concedidas pelas administrações públicas.

A Política Nacional de Cultura, instaurada em 1975 e sucedânea do Plano de Ação Cultural, marca a história das políticas culturais do país por ser a primeira vez que um governo coloca em pauta uma política nacional na área. Neste aspecto a marca está na ampliação do alcance das políticas, no tempo e no espaço, que suplantam as ações imediatas e pontuais mas que, entretanto, não abandonam o caráter centralizado de sua formulação.

A redemocratização e a política cultural

O modelo corporativista entra em colapso com a crise do regime militar, associada a dois processos que marcaram a década de 80: a luta pela democratização e a crise econômica. Com o fim do período militar, a década é marcada por uma forte movimentação da sociedade civil, que abre espaço para a nova experiência democrática no Brasil, notadamente na gestão pública da cultura.

O processo de reconquista da democracia tem o ponto alto na elaboração daquela que veio a ser conhecida como a *Constituição Cidadã*. O texto constitucional de 1988 reorienta as noções de cultura e de patrimônio, que abandonam a estreita vinculação com “fatos memoráveis da História do Brasil” (noção atrelada firmemente ao passado), e insere o sentido do ‘patrimônio cultural’ e a memória dos grupos sociais.

Celso Furtado, destacado intelectual e personalidade da esquerda brasileira, torna-se ministro da cultura. As políticas públicas mostram arejamento democrático e reorientação

Celso Furtado — Economista brasileiro (1920-2004)

Dedicou seu trabalho a pensar o Brasil e sua condição de economia periférica na ordem da economia global. Foi pesquisador da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), tendo colaborado na formulação da Teoria do Subdesenvolvimento. No Brasil, foi responsável pela elaboração e implementação de vários projetos e programas voltados ao desenvolvimento. Foi Ministro do Planejamento do governo João Goulart e Ministro da Cultura do governo José Sarney. Dentre suas principais obras figuram *Formação econômica do Brasil*; *Raízes do subdesenvolvimento e Cultura e desenvolvimento em época de crise*.

Para saber mais visite o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/index.php>

conceitual. É promulgada a primeira lei federal de incentivo fiscal à cultura, marco na relação do Estado com a comunidade artística, conhecida como Lei Sarney, em homenagem ao presidente da República. A nova lei, que buscava atrair investimentos privados para o financiamento da cultura mediante isenção fiscal, abre ao mercado as decisões sobre a cultura. Foi a forma escolhida para atender à crescente pressão da sociedade para um maior financiamento à cultura: estimular a relação entre produtores e artistas com empresários, o que, claro, fortaleceu a concepção liberal da gestão de cultura ao deixar a condução das ações a cargo do mercado.

A Constituição Federal de 1988 foi igualmente um marco nas estruturas de representação ao diversificar e pluralizar a representação dos interesses e garantir a participação direta dos cidadãos (Tapia, 2004; Almeida, 2004). Um novo arcabouço legal obrigou a repartição das receitas entre governo federal, estados e municípios gerando um aumento dos investimentos culturais e criando mecanismos para concretizar as transferências constitucionais de recursos e garantir a autonomia política e fiscal das administrações estaduais e municipais.

O governo do presidente Fernando Collor, eleito em 1990, realizou uma implosão do sistema de cultura, lenta e penosamente criado no país. Foram extintos mecanismos, experiências e instituições culturais (como o recém-criado Ministério da Cultura) e dispensados milhares de servidores públicos. O objetivo declarado era a contenção dos gastos públicos, num quadro econômico instável, o que de fato aconteceu ao ser reduzido o orçamento federal para a cultura em mais de 50% em relação ao período anterior, fato que foi agravado pela desativação de Lei Sarney.

A sociedade civil não foi consultada em toda esta convulsão, mas resistiu ao desmonte institucional exigindo, de múltiplas formas, a recomposição dos instrumentos políticos obtidos nos anos anteriores, o que levou à formulação, em 1991,



de um projeto substitutivo da lei Sarney, em vigor até hoje. A **destituição do presidente Collor** pelo Congresso Nacional, em um complexo processo de *impeachment*, permitiu o início da reconstrução da estrutura institucional que existira.

Embora a marca dos discursos dos governos social-democratas desse período fosse a democratização da administração da cultura e o acesso aos bens culturais, o que ocorreu foi a maximização da efetividade e a ampliação dos mecanismos de fomento privado à cultura através das leis de incentivo.

Esse sistema tinha uma óbvia predominância de critérios mercantis na sua aplicação, e por isso vê-se, a partir de 1995, a proliferação de institutos e fundações culturais de bancos e outras grandes empresas, que ali deságuam parte de seus impostos devidos, ao quais o Estado renunciou, e decidem sobre a alocação desses recursos. Define-se assim o rumo das ações culturais que se dirige à priorização dos eventos e ações para o grande público, pois são eles que trazem maior retorno de marketing para as empresas investidoras.

A redemocratização de cunho neoliberal, iniciada nos anos 80, continuou o que já se podia perceber na fase descendente do regime ditatorial: uma participação concedida que abria espaço a novas experiências na gestão pública da cultura. Não obstante, sob forte tutela estatal, espaços e formas de participação não abrangiam os efetivos palcos de decisão. Foi fortalecida, neste período, uma concepção liberal da gestão de cultura, deixada a cargo do mercado por intermédio dos mecanismos de fomento privado facilitados pelas leis de incentivo fiscal.

Embora os novos atores sociais tenham emergido no palco das políticas culturais, só aos detentores do capital econômico estava franqueada a possibilidade de conquistar posições de poder no campo da cultura.



MÓDULO 2

Impeachment de Fernando Collor de Mello — Em

1992, diante de uma séria acusação de forte esquema de corrupção, que envolvia a si e a seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, o presidente Fernando Collor de Mello é submetido a um processo de impeachment (impugnação de mandato). Foi o primeiro ato de impeachment ocorrido na América Latina. No Brasil, a impugnação de mandato é prevista pela Constituição Federal e regulada pela Lei 1079/50.

Este formato legal acaba por não mudar a dependência em relação aos recursos públicos, pois o mecanismo do mecenato tornou-se um mero repasse de verbas públicas. O poder é de fato exercido pelas empresas, que deliberam sobre o uso dos recursos como se fossem seus. É aos detentores do capital econômico que vai caber definir as regras do jogo e apontar a condução da política para a cultura no Brasil.

Os sistemas de incentivo são permeados pela lógica do mundo dos negócios, da eficiência, dos relatórios e prestações de conta, da concorrência por recursos escassos, e passam a constituir a realidade das organizações culturais. Pressionadas, elas despendem grande parte de seus esforços na tentativa de padronizar seus produtos e resultados e de homogeneizar seus formatos organizacionais para se adequar às exigências dos financiadores.

A invasão de critérios de eficiência e eficácia (e a cristalização dessa lógica, estranha ao campo das organizações culturais) teve o Estado como principal instrumento, através das políticas implementadas. Mesmo que indiretamente, o Estado pressionava para a ocorrência de uma homogeneidade de estruturas e ações das organizações e das manifestações culturais. O poder público proveu apoio gerencial às organizações culturais oferecendo-lhes, por exemplo, modelos de regulamentos capazes de nortear suas ações nos seus aspectos formais/legais.

Em alguns casos, o Estado fez-se presente por intermédio de agências reguladoras, cuja função era orientar as práticas de gestão, e incentivou a formação de redes de organizações representativas, tais como federações, sindicatos, associações e institutos, cujas ações influenciaram a estruturação e a profissionalização das organizações, bem como sua capacidade de captação de recursos. Por meio destas ações, o poder público tentava diminuir o seu papel de financiador direto e incentivava as organizações culturais a obterem habilidades para captar recursos das empresas privadas.



Só em 1993, com a realização da Conferência Nacional de Cultura, foi retomado o diálogo entre o governo e a sociedade. Refundou-se o Conselho Nacional de Política Cultural e resgataram-se as atuações do Estado na cultura.



MÓDULO 2

A mudança no fazer da política para a cultura

Em 2002, a **Coligação Lula Presidente** apresenta um documento intitulado *A imaginação a serviço do Brasil*, no qual reunia propostas e diretrizes para gestão da área da cultura. Nele estavam os elementos conceituais da construção do **Sistema Nacional de Cultura**, que começou a ser discutido e construído em 2003. Nesse documento propunham-se elementos novos frente à tradição das políticas culturais no Brasil. Por um lado, adotava-se uma visão ampliada de cultura, capaz de declarar o respeito à diversidade das culturas como a principal marca da identidade nacional; por outro lado, registrava-se o compromisso com a ampliação da abrangência das políticas culturais e a sua formulação em bases democráticas e participativas:



[...] É essencial, nessas condições, realizar um amplo processo de inclusão cultural, garantindo, de forma progressiva, o acesso de toda a cidadania à produção e fruição cultural, bem como a livre circulação de ideias e de formas de expressão artística. [...]

A lógica da homogeneização nos oprime. [...] Como formular um projeto de Políticas Públicas de Cultura que contemple esse mosaico imperfeito? (COLIGAÇÃO..., 2002, p.8.)

Assinalando a abrangência que a ação política na cultura deveria passar a assumir, *Cultura como política de Estado*, a *Economia da cultura*, a *Gestão democrática*, o *Direito à memória*, a *Cultura e comunicação*, bem como as *Transversalidades das políticas públicas de cultura* são definidos como os eixos condutores da ação pública.

● Coligação vencedora das eleições em 2002 —

Coligação é o termo usado para indicar a união entre partidos diferentes em torno de um único candidato. Nesse caso, trata-se da Coligação partidária que resultou na eleição de Luís Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, em 2002. Participaram dessa coligação os partidos PT, PL, PCdoB, PMN e PCB.

● Sistema Nacional de Cultura —

Concebido pelo Ministério da Cultura durante a vigência do primeiro governo de Lula, o Sistema Nacional de Cultura tem por objetivo viabilizar políticas culturais de forma descentralizada e desvinculada de governos, isto é, como um sistema do Estado nacional, com mecanismos de gestão e de investimento em cultura que sejam transparentes, democráticos e inclusivos.

A atuação no universo da cultura se erige como um instrumento transversal da política para o combate à exclusão social por meio da “[...] abertura democrática dos espaços públicos aos nossos criadores populares e pela ‘inclusão da Cultura na cesta básica’ dos brasileiros” (COLIGAÇÃO..., 2002, p.10). A característica predominante da proposta está no caráter indutor de uma gestão democrática apoiada por forte atuação do Estado na área. Percebe-se aqui a marca da experiência adquirida nas prefeituras antes conquistadas e, também, na construção das políticas para a saúde, assistência social e educação das quais os quadros do PT já haviam participado.

A lógica desenvolvimentista está presente como fio condutor da ação política na cultura, na indicação, por exemplo, da inter-relação entre a cultura, o turismo e o desenvolvimento tecnológico, nomeadamente para a geração de emprego e renda. Entretanto, ao fazê-lo, atrela as ações à política, por intermédio de um sistema articulado nacionalmente, que se distancia tanto do assistencialismo como da condução dos rumos da ação pelo mercado:



Qualquer política de cultura a ser adotada pelo país deve garantir a abertura dos canais institucionais e financeiros, por meio da constituição do Sistema Nacional de Política Cultural, a amplos setores tradicionalmente atendidos pelas políticas de recorte social ou assistencialista. (COLIGAÇÃO..., 2002, p.16)

O Sistema Nacional de Cultura , uma das principais políticas do Ministério da Cultura, foi concebido a partir de debates com os secretários de cultura dos estados e municípios para definição de uma agenda de planos e ações públicas da cultura capaz de integrar os três níveis da federação, respeitando, entretanto, a autonomia político-administrativa. Mas a construção do SNC depende também da participação da sociedade civil para a definição das prioridades e para o controle e o acompanhamento das metas. À sociedade civil cabe





MÓDULO 2

um papel fundamental na construção dos sistemas públicos para a cultura num estado de direito democrático, de forma a ser gerado um “sistema de articulação, gestão, informação e promoção de políticas públicas de cultura, pactuado entre os entes federados, com participação social” (MINC, 2005).

Além dos sistemas dos entes federados, compõem o SNC os subsistemas ou políticas setoriais (bibliotecas, museus, artes, patrimônio, etc.), com fóruns para cada segmento cultural. As proposições dos entes federados e de todos os setores culturais contribuíram para a formulação do Plano Nacional de Cultura, debatido pelos representantes da sociedade nas Conferências municipais, estaduais e nacional; posteriormente, as propostas do plano foram sistematizadas e aplicadas pelos conselhos de políticas culturais e colegiados setoriais.

Momentos representativos deste novo diálogo com a sociedade, as Conferências Nacionais de Cultura foram palco da ampla participação dos delegados eleitos em todos os estados da federação e em milhares de municípios, nas conferências estaduais e municipais. Nelas, foram estabelecidas as diretrizes do Plano e um canal de comunicação para ampliar a transversalidade da política, dando voz ao cidadão, às entidades e aos movimentos sociais. Em agosto de 2005, institucionalizaram-se as principais ações do MinC, com a promulgação da emenda constitucional do PNC e a reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural. O então ministro Gilberto Gil afirmava que era a primeira vez que o Brasil teria um sistema integrado nacionalmente de políticas para a cultura, e manifestava o compromisso de que esta construção fosse democrática e participativa.

NA ARENA DA CULTURA, GERENCIALISMO X PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

PARTE
III

MÓDULO
2

O sucesso econômico dos Estados Unidos nas décadas que sucederam a Segunda Guerra Mundial provocou a crença da superioridade do modo norte-americano de gestão, conhecido como *management*. Apoiado pelas escolas de administração, as empresas de consultoria e a mídia de negócios, o *management*, também conhecido no Brasil como gerencialismo, apresenta-se como verdade universal. Este modelo de gestão traduz as atividades humanas em indicadores de desempenho sobre as quais se calculam custos e benefícios. Como denuncia o pensador francês Gaujelac (2007) o gerenciamento legitima um pensamento utilitarista e constrói uma representação do indivíduo como um recurso a serviço da empresa, que pode e deve usá-lo para atingir seus objetivos.

Sob a aparência de inquestionável objetividade e eficiência, o modelo gerencial é um sistema de organização da relação entre o capital e o trabalho cujo propósito é realizar a adesão dos trabalhadores às exigências da empresa e de seus acionistas. Por isso, nem objetivo nem neutro, este modelo gerencial é uma ideologia que sustenta e legitima a sociedade capitalista. Por realizar este papel, o modelo dominante de gestão de empresas usurpou a condição de “melhor maneira de organizar” para qualquer contexto, propósito ou tipo de organização, disseminando indiscriminadamente suas práticas em diversos contextos socioculturais.

Ao transplantar os métodos e procedimentos de gestão empresarial de forma acrítica para o âmbito de organizações que cultivam objetivos alheios à lógica do mercado, provoca-se o perigo potencial de gerar distorções na natureza das organizações substantivas, nos movimentos sociais ou nos coletivos.

A impessoalização — que se materializa na descrição das tarefas que podem ser realizadas por qualquer trabalhador disciplinado, e a alienação do sujeito encapsulado na sua tarefa rotineira, descolado do sentido do seu trabalho e restrito a papéis segmentados — compõe o modelo burocrático que se desenha e se hegemoniza na configuração do mundo do trabalho.

Se o modo de produção segue contrapondo os detentores dos meios de produção, que auferem mais valia sobre o valor criado, aos que vendem sua força de trabalho em troca de salário, é de pensar que não haveria razão alguma para que a função ideológica das teorias de gestão dominantes não se tenha alterado, no seu propósito geral.

É claro que o cenário do universo do trabalho não é o mesmo desde os primórdios do monopólio da produção fabril. A sociedade e suas formas de organização diversificaram-se em seu *modus operandi*, a liderança do processo de acumulação transferiu-se para o capital financeiro, e novas tecnologias conferiram a liderança à produção de serviços. Entretanto, as contradições no modo de produção, os conflitos de interesses irreconciliáveis, a exploração do trabalho, a apropriação desigual da riqueza produzida e as estruturas organizativas de dominação permanecem, ainda que maquiadas.

Diante deste cenário, o que podemos dizer sobre a gestão da cultural? Como gerir práticas culturais a partir de conceitos de gestão que não se desvincularam das suas origens, que continuam orientados pela busca da eficiência, da eficácia, da competitividade e da produtividade, a partir da centralidade da economia que deslocou o Homem como medida das coisas? Como usar conceitos e teorias adequados às formas institucionalizadas pelos sistemas estabelecidos e estruturas formalizadas em formatos hierárquicos, para organizar indivíduos que se relacionam de maneira informal, respeitando





MÓDULO 2

o mosaico de suas especificidades ainda não homogeneizadas pelo conhecimento formal? Como se contrapor ao modelo dominante de gestão, que tudo transforma em mercadoria, e ainda assim viver e sobreviver nele? Como construir uma outra forma de ação organizativa, se as teorias disponíveis apenas dão suporte a formas alienantes do trabalho?

Nas organizações de cultura popular, os saberes “positivos” de gestão não são legítimos, embora se imponham cada vez mais. Há duas décadas, o termo gestão e seus conceitos derivados eram praticamente inexistentes no âmbito dos coletivos de cultura popular.

A associação entre a ação de gerir e a de fazer cultura gera um embate que acende os alertas para a possível intromissão da dimensão econômica e do mercado no universo da cultura. Organizar não poderia significar intervenção na liberdade de expressão individual ou de grupos artísticos. A transposição acrítica de conceitos, técnicas e ferramentas dos modelos de gestão empresarial para organizações culturais pode comprometer a sociabilidade entre os participantes, levar à perda de identidade, à mercantilização da cultura e à deturpação da missão dos coletivos da cultura popular na sociedade.

Embora os coletivos de cultura popular sejam impressionados a adotar um modelo empresarial de gestão, o exercício da política — aprendizagem da participação democrática — pode levar os sujeitos a não reproduzir práticas empresariais de forma acrítica, e sim dar a elas outros significados que melhor atendam a seus anseios, que não são os mesmos dos interesses dominantes que produzem o modelo empresarial de gestão.

Historicamente, o esforço em naturalizar a ideologia de mercado por meio do modelo gerencialista, como referência para as mais variadas formas de organização social, ganhou significativa força na década de 80, período áureo do

neoliberalismo. Os efeitos dessa difusão fizeram-se sentir no Brasil no âmbito das organizações culturais, nomeadamente, que passaram a adotar formas de gestão apropriadas ao mundo dos negócios.

A incorporação da lógica do gerencialismo alcançaria a administração pública por meio da proposta de reforma do Estado, no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. A Reforma Gerencial ganhou força nos anos 1990 e favoreceu a emergência de uma articulação política de caráter neoliberal, cujas bases estratégicas se assentavam num desenvolvimento dependente e associado e na estabilização econômica com a redução dos gastos públicos como forma de resolver a crise fiscal e inflacionária. No âmbito da gestão, a Administração Pública Gerencial baseou e, ao mesmo tempo, caracterizou as ações públicas sob a ótica do gerencialismo tipicamente privado. A lógica do mercado tornou-se, então, o modo de orientação das ações públicas na gestão da cultura, que teve como principal estratégia política de governo as leis de incentivo.

À abertura política somou-se o discurso da redução dos gastos públicos como forma de resolver a crise fiscal e inflacionária, proporcionando uma justificativa econômica e financeira para as reivindicações sociais não serem priorizadas. O modelo da Administração Pública Gerencial transferiu responsabilidades para a sociedade sem fortalecer a cidadania, pois os espaços de participação foram usados apenas para respaldar decisões políticas já tomadas. A cidadania adquiriu um significado neoliberal, de forma que as pessoas são consumidores e é enfraquecida a essência instituinte e política em construção nos anos de luta pela democracia.

Com a ascensão ao poder de governos progressistas a partir de 2003, com discurso e ações mais fortes de participação na área de cultura, ficou evidente que outras formas de gestão pública eram possíveis para além dos enclaves sociais de mercado. Tal fato pode ser evidenciado, por exemplo, nas



experiências das administrações público-participativas e nas tentativas de ampliação dessa participação à esfera federal, com a proposta de implementação do Sistema Nacional de Cultura.



Quando a cultura é mercadoria

A indústria cultural é a promoção da diversão banal, e divertir-se significa não ter que pensar e poder fugir de uma realidade ruim. Para Adorno (1977, p.293), “o imperativo categórico da indústria cultural nada tem em comum com a liberdade; ele enuncia: ‘tu deves submeter-te’, mas sem indicar a quê”. Para o autor, por intermédio dessa lógica, a consciência cede lugar ao conformismo, o consenso — ainda que velado — em torno dos interesses dos poderosos.

Na lógica da indústria cultural, a cultura se conforma como uma mercadoria completa, tão somente um produto, mas não um produto das ações ou vontades genuínas das massas (Adorno, 1977). Estas deixaram de ser o elemento principal, são um acessório, um simples fator de cálculo nessa estrutura; o consumidor, portanto, não passa de um objeto. As mercadorias culturais não se orientam segundo conteúdos próprios mas segundo o princípio de sua comercialização. A *praxis* da indústria cultural se transfere para as criações simbólicas, que se tornam mercadorias, e, quando essas mercadorias conseguem assegurar a sobrevivência de seus produtores no mercado, elas são contaminadas por esse poder. A indústria cultural bloqueia o desenvolvimento de indivíduos autônomos, independentes, dotados da capacidade de julgar e de discernir e, por conseguinte, de decidir conscientemente.

A indústria cultural, afirma Chauí (2008), deseja vender e, para isso, seduz o consumidor oferecendo-lhe produtos sem verdadeira criatividade, que ela já consumiu antes e agora traz com nova roupagem que, até por isso, não provocam nem chocam o consumidor médio.

O exemplo peculiar do artesanato

As produções artesanais caseiras de bens de uso e consumo cotidiano, como vestuário e utensílios de uso cotidiano, embora já escassas, ainda existem e são mesmo comuns em muitas regiões rurais. A diferença fundamental dessas formas de produção para a que nós conhecemos nas cidades reside no seu exclusivo *valor de uso*. Além de satisfazer a subsistência, aquele artesanato garantia o funcionamento das indústrias coloniais, como a do beneficiamento de açúcar e as que o sucederam.

Ao contrário da Europa dos idos de 1750, o Brasil do século XX não enfrentou a substituição de uma indústria artesanal por uma fabril, o que não anula o fato de que em meados dos anos 1960 ainda estivesse se consolidando a migração de um tipo de produção essencialmente doméstico dos bens de primeira necessidade para outro de caráter industrial-comercial, em grande parte reforçada pelo êxodo rural que explodiu naquele período. A indústria nacional voltou-se, então, ao atendimento de um mercado em expansão, oriundo das classes subalternas, que nos grandes centros urbanos, principalmente, começava a se acostumar a *consumir*, a pautar sua organização social com base no *valor de troca* dos bens e serviços.

Na apreciação da produção artesanal contemporânea, chama a atenção seu ajuste à dissimulação de conflitos sociais como o que se identifica no Programa do Artesanato Brasileiro, cuja missão envolve a “formação de uma mentalidade empreendedora por meio da preparação das organizações e de seus artesãos para o mercado competitivo”. Ou seja, o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior incentiva a formação de *empreendedores* que aproveitem as *oportunidades do mercado*, assumindo e incutindo nos artesãos uma perspectiva mercadológica de sua atividade, sem nenhuma preocupação com o aspecto cultural da atividade.

Para Seraine (2009), a atuação do PAB converte a oficina artesanal em empresa, e o artesão, em empreendedor, ressignificando o artesanato ao incorporar de forma gradual





[...] como fazer com que a perspectiva política prevaleça — e consiga assim comprometer atores e protagonistas com a agenda do novo século que se avizinha — se o silêncio reformador, as dificuldades da representação e a estrutura mesma da sociedade não param de esvaziar a política?

a ideologia do empreendedorismo, que se consolida através da veiculação de um discurso legitimador de um modelo consensual pré-determinado de sociedade e de desenvolvimento socioeconômico.

Percebe-se a reprodução do discurso *neoliberal de incentivo ao empreendedorismo* na esfera da formação das políticas públicas para setores como o artesanato, desvinculando-o de suas raízes simbólicas. A serviço deste propósito está, no Brasil, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que apresenta grande dedicação político-ideológica nessa estratégia de conversão sociocultural (Seraine, 2009).

A participação política na gestão da cultura

Pela perspectiva política da gestão da cultura, podemos refletir sobre o processo de construção das políticas públicas, a influência que nele exercem diferentes grupos de interesse, as estratégias que estes adotam na disputa pela definição das pautas para o debate ou, de forma geral, na luta pelas posições de poder no campo social da formação das políticas culturais. Pela perspectiva da política é possível pensar nas pautas que interessam aos novos agentes no campo, aqueles que, ainda que presentes, ocuparam sempre no país posições subordinadas, tanto na definição das políticas como na expressão de suas representações simbólicas. Deste modo, pode-se alijar como racionalidade orientadora um pretense científico — um exemplo será o de apresentar 'a cultura' como uma em uma sociedade dividida em classes — e o domínio da técnica como elemento imprescindível para a atuação — que em alguns opõe a cultura formal ou erudita à cultura popular.



MÓDULO
2

Marco Aurélio Nogueira (1998, p.17), ao tratar de democracia e da reforma do Estado, faz um alerta muito atual para o momento do campo da cultura:

É preocupada com as relações entre Estado, cultura e democracia que Marilena Chaui (2006), provocada pela sua própria experiência à frente da Secretaria da Cultura do município de São Paulo, identifica e descreve três formas de relação predominantes em diferentes períodos na história recente do Brasil. A primeira, que a autora localiza inicialmente no governo Vargas, mas que marca os governos antidemocráticos, é o Estado como **produtor de cultura**, que retira do antagonismo de classe e dos conflitos sociais o *locus* de realização da cultura. Desta forma, o Estado não só nega a diversidade como impõe a cultura de uma classe como representante da nação e, portanto, de todas as classes.

A segunda forma é o **tratamento moderno da cultura**, no qual o Estado age no campo da cultura a partir da lógica da indústria cultural posta em prática pelas instituições governamentais de cultura. Neste modelo, que se estabeleceu como política de Estado exclusiva na onda neoliberal que assolou o país, o 'mercado' (eufemismo moderno que representa os interesses privados das corporações) conduz a política para a cultura, ainda que, como aconteceu no Brasil, o faça à custa da isenção fiscal e, portanto, dos recursos públicos devidos. A terceira forma de ação do Estado é representada pela idéia da cultura como **direito do cidadão**, de acordo com a qual o sujeito teria assegurado



[...] o direito de acesso às obras culturais produzidas, particularmente o direito de fruí-las, o direito de criar as obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais (CHAUÍ, 2006, p. 136).

Para que nessa produção ocorra criação e registro da memória social, o conceito de cultura deve ser ampliado para além das belas artes, incluindo preferencialmente a produção do simbólico das vivências e realidades de cada sujeito em sua





MÓDULO
2

disposição social. Chauí explicita o que compõe a mencionada 'participação nas decisões' "como o direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso como a produção de cultura pelos cidadãos" (CHAUÍ, 2006, p. 138).

Quando age como produtor da cultura, orientado pela ideia da 'elite' que de fato representa, e cujo o plano é 'ilustrar um povo inculto' ou, quando se orienta pelo tratamento moderno da cultura, segundo regras ditadas pelo mercado que propõe estratégias que excluem os que não podem consumir, o Estado, sem prejuízo dos grupos que atende, pode encapsular a tomada de decisões nos níveis tecnoburocráticos da administração pública, por meio da centralização de poder e de processos de gestão complexificados e só acessíveis aos especialistas.

Ao considerar a cultura como a construção da cidadania, é inevitável o pressuposto do envolvimento participativo das classes subalternas, não para o fortalecimento do mercado, do desenvolvimento estritamente econômico ou de processos gerenciais, mas para o aprofundamento radical da democracia a partir da política, enquanto articulação da pluralidade das demandas e representações da sociedade civil.

Ao se apontar a participação como recurso de poder, deixa-se implícita a necessidade de compreender como um campo de disputa a construção das políticas públicas, a definição do caráter dessas políticas e a participação social. O problema consiste em construir estas possibilidades a partir de uma tradição autoritária de relação entre o Estado e a sociedade plural que só muito recentemente inclui a democracia em sua agenda.

O Estado está preparado para interagir e estabelecer diálogo com os setores social e economicamente dominantes, até mesmo com setores intelectualizados, mas como dialogar com aqueles que nunca foram interlocutores? Como, num quadro de crônica exclusão social, em que as classes subalternas têm necessidades primárias nunca atendidas, pode ser construído um processo de participação popular? Como

pensar em política e cultura quando há que lutar diariamente pela sobrevivência?

A transformação vivida pelo campo da cultura, conduzida pela construção do Sistema Nacional de Cultura, tem sido a possibilidade de observar criticamente e avaliar como se afirma a participação, em especial no que tange à qualidade dessa participação.

Ao tratar dos tipos e do caráter da participação, Nogueira (2005) escreve que é por meio da **participação política** que os diferentes indivíduos e grupos se expressam, num espaço institucional, de modo a democratizar a ação e compartilhar poder nas decisões. Ele ainda reforça que “é essa participação, em suma, que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os vários direitos humanos” (NOGUEIRA, 2005, p. 143).

Mas o foco da discussão está centrada no caráter da participação que, no caso da **participação cidadã**, está na ação coletiva que não implica necessariamente o questionamento das relações de dominação e se justifica na conquista de direitos imediatos para garantir, por exemplo, sustentabilidade, ou que garante o compartilhamento de decisões governamentais sem interferir nas definições do que deve ser compartilhado. Este tipo de participação se orienta pela obtenção de vantagens e não pela inversão ou mesmo alteração das relações de força.

Na tipologia de Nogueira (2005), surge por último o que ele denomina de **participação gerencial**, na qual, ainda que emergjam novas formas de diálogo e interação entre o Estado e a sociedade, e que ocorra uma maior definição de espaços de decisão que, em última instância, possam favorecer a expansão da cidadania. Todavia, ao serem institucionalizados, esses espaços facilitam a ‘domesticação’ da participação, impedindo a efetiva participação nas questões nucleares da política. É o caso, por exemplo, da discussão ampla e participativa de uma pauta de questões previamente definida exclusivamente nos níveis governamentais. O essencial fica de fora. Pode-se discutir se devem ser produzidas metralhadoras ou canhões mas não é passível discutir se se deve produzir armas.



Construção e institucionalização do Sistema Nacional de Cultura



MÓDULO
2

Respeitar a pluralidade e a dispersão espacial da cultura brasileira é o projeto de um sistema de cultura de amplitude nacional, que se quer herdeiro de um processo histórico de luta pela preservação das variadas formas de expressão artístico-cultural que constituem a dívida sociocultural do Brasil e que nunca foram protagonistas das políticas governamentais (CARVALHO; SILVA; GUIMARÃES, 2009).

Esse foi o processo histórico que gestou o Sistema Nacional de Cultura, onde são enfrentadas e combatidas a centralização das decisões políticas, a desvalorização das culturas locais e periféricas, e o desconhecimento da diversidade de expressões que povoa o país. Essa gestação foi também alimentada pela experiência acumulada na luta pela construção do Sistema Nacional de Saúde e, posteriormente, do Sistema unificado de Saúde, e que foi expressa, pela primeira vez, no documento programático para a área, *A Imaginação a Serviço do Brasil* (COLIGAÇÃO..., 2002).

O documento trata, em primeiro lugar, de delimitar o papel do Estado na gestão pública da cultura e na formulação de estratégias e políticas para a construção da Política Nacional de Cultura. A cultura, enquanto área de atuação pública, distingue-se dos setores da saúde, da assistência social e da educação formal por ser produzida por uma infinidade de pessoas, espalhadas pelos lugares onde vivem e por meio das mais variadas linguagens, não padronizadas pelo conhecimento formal. Todas estas linguagens representam as formas de expressão da identidade de cada um e de cada grupo, em cada lugar e, por isso, são legítimas. Ao Estado, portanto, não pode caber a atuação como produtor da cultura, mas, tão só, o papel de garantidor da preservação do patrimônio cultural e do

acesso universal aos bens e serviços culturais. Para além disso, a proposta programática preconiza que caberá também ao Estado proteger e promover a sobrevivência e desenvolvimento de expressões culturais tradicionais, que não têm a “proteção” do setor privado (COLIGAÇÃO..., 2002).

A priorização dada, pela primeira vez na história, à preservação e divulgação da diversidade das expressões culturais espalhadas pelo território nacional se expressa na valorização da dimensão simbólica da cultura. Entretanto, é na configuração das estruturas, dos processos de decisão e na universalização do acesso aos bens e serviços culturais que irá se expressar a dimensão cidadã na nova política. É pela promoção da cultura como elemento constitutivo do desenvolvimento econômico sustentável que se perceberá sua dimensão econômica. Os três vetores que dão forma à Política Nacional de Cultura, o simbólico, a cidadania e a economia, estão igualmente inscritos na proposta do Sistema Nacional de Cultura (SNC), aprovada pelo **Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)**.

CNPC — Órgão colegiado — integrante da estrutura básica do Ministério da Cultura —, constituído em 2005 e instalado em 2007, que propõe a formulação de políticas públicas para a cultura e, para isso, a articulação dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil organizada. É composto por 46 titulares: 21 representantes dos poderes públicos federal, estadual e municipal; 17 representantes dos segmentos artístico-culturais; cinco representantes de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos e por três representantes de entidades de notório saber da área cultural indicados pelo ministro da Cultura.

As experiências e os modelos que anteriormente no Brasil articularam outras políticas públicas de grande complexidade foram as referências teóricas e práticas para a proposição que norteou a costura do SNC. A construção do SUS, que remonta a 1941 quando foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Saúde, é a principal referência. Desde então, o longo caminho percorrido passou pela instalação do Sistema Nacional de Saúde em 1975, pela Reforma Sanitária e o Financiamento Setorial em 1986, pela declaração da saúde como direito de todos e dever do Estado inscrita na Constituição Federal em 1988 e, nesse mesmo ano, pela implantação do SUS. Em 1992, na 9ª CNS, o lema foi a descentralização e a democratização do conhecimento e a municipalização das ações. Em 2007, a 13ª e última CNS reafirma a saúde e a qualidade de vida como uma política de Estado e vetor de desenvolvimento. Poderemos perceber, nas linhas que se seguem, como a construção do SNC aproveita as experiências vividas, os acertos e as dificuldades





MÓDULO 2

da construção da política nacional de saúde para traçar o seu próprio caminho, ajustando-o às especificidades da cultura e ao momento em que o SNC se inicia.

O conceito de sistema está na raiz da abordagem da problemática complexa de articular uma política nacional — para um campo legitimamente plural e diverso — na qual interajam articuladamente os entes federativos e a sociedade civil organizada; todos como agentes ativos e autônomos na formação da política e das estratégias de ação. A proposição do sistema envolveu, portanto, uma parte “dura” e de maior perenidade, constituída pelas leis e normativas que o estruturam e pelo conjunto da infraestrutura cultural, e uma parte “mole” e mais dinâmica, onde reside o exercício da política e o jogo, que lhe é próprio, da negociação, dos acordos, das estratégias e dos pactos.

A partir dessa conceituação, o Sistema proposto deverá ter sua estrutura assente em órgãos gestores instituídos e permanentes, nos três níveis federativos, e em instâncias de articulação, de pactuação e de deliberação. Os elementos estáveis do Sistema são constituídos pelos órgãos gestores da cultura (MinC, secretarias estaduais e municipais de Cultura), as Conferências de Cultura, os Conselhos de Política Cultural e os Sistemas Setoriais de Cultura. As instâncias da política — ou seja, da articulação, da pactuação e da deliberação — são as Conferências distritais, municipais, estaduais e nacional de Cultura; os conselhos distritais, municipais, estaduais e nacional de Política Cultural; os conselhos setoriais distritais, municipais, estaduais e nacional; as comissões distritais, municipais, estaduais e nacional de Fomento e Incentivo à Cultura; a Comissão Intergestores Tripartite e as comissões intergestores bipartites.

Os principais instrumentos de gestão, ferramentas organizacionais do Sistema nos três níveis de governo, são os planos de Cultura, o Sistema Orçamentário, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais e o Relatório Anual de Gestão. Por meio deles é que poderão ser efetivamente

executadas as políticas e estratégias formadas e pactuadas na complexa rede do Sistema, com o indispensável suporte de uma política de financiamento suficiente e estável.

Os conselhos de Política Cultural e as conferências nos três níveis federativos são os principais espaços de participação social e de intervenção política para a formulação das políticas que deverão nortear a ação dos órgãos do Sistema. A I Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 2005, foi orientada pelos eixos temáticos: 1) Gestão pública da cultura; 2) Economia da cultura; 3) Patrimônio cultural; 4) Cultura é cidadania e democracia e 5) Comunicação é cultura. Dela participaram 1.158 municípios — que realizaram um total de 438 conferências municipais e intermunicipais —, 19 estados e o Distrito Federal.

Completam a estrutura do Sistema em construção o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais e a Política Nacional de Formação na Área da Cultura. O primeiro — por meio das informações coletadas, da sistematização dos dados e da construção dos indicadores — oferecerá sustentação à formulação das estratégias, à definição de prioridades e à gestão dos processos que ordenam o Sistema, nomeadamente, dos critérios de repartição dos recursos. O segundo dará suporte à formação da massa crítica indispensável a um Sistema que só poderá ser uma efetiva contribuição para a reforma do Estado brasileiro, no tocante a uma gestão democrática e a uma finalidade substantiva, se promover a compreensão crítica dos envolvidos e uma ampla participação qualificada.

Para saber mais sobre a II Conferência Nacional de Cultura, consulte o livro produzido pelo MinC: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/0/revistacnc/dd44b1a0-02a0-4fd8-960e-e1e2f1897dc1>

A **III Conferência Nacional de Cultura**, realizada no final de 2013, de cuja construção calcula-se que tenham participado cerca de 450 mil pessoas, contou com a presença de 953 delegados vindos de todos os estados do Brasil. Eles debateram as 614 propostas extraídas das Conferências Municipais, Estaduais e Livres, e definiram 64 diretrizes para a gestão cultural de país. O SNC envolve, desse modo, sistemas organizativos e institucionalizados nos três níveis federativos, numa articulação institucional regulada por normativas, instrumentos, aparatos e negociações imprescindíveis.



Assim, os arranjos e as articulações, envolvendo as três esferas federativas e a sociedade, vão sendo costurados à sombra da experiência das áreas da Saúde e da Assistência Social. À área da cultura caberá, nos próximos anos, organizar sistemicamente suas políticas e recursos, por meio de articulação e da pactuação das relações intergovernamentais, mas dando privilégios inegociáveis à construção de instâncias de participação da sociedade, de modo a dar um formato político-administrativo mais estável e resistente às alternâncias de poder.

O caso singular do Programa Cultura Viva

Uma política pública de mobilização e encantamento social. Assim foi descrito o Programa Cultura Viva (PCV), que o ministro Gilberto Gil comparou a um *do-in antropológico*: um massageamento de pontos vitais, desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do País (MINC, 2004). Assim, pretendia o Programa potencializar as energias criadoras que emanam do povo, em sua vital necessidade de representação simbólica de seus afazeres, crenças, alegrias e temores, tradições, valores e ritos, tão diversos quanto variados os espaços geográfico-culturais por onde se espalha, de Roraima ao Rio Grande do Sul, do Acre a Alagoas.

A proposta do Programa Cultura Viva foi ousada ao pretender reconhecer, para além do discurso formal, os excluídos históricos e suas mais diversas formas de expressão artístico-cultural, aquelas que não atraem multidões por serem expressões simbólicas locais sem a universalidade da homogeneização globalizada, nem apoios empresariais — nem mesmo aqueles “oferecidos” com recursos públicos oriundos de isenção de impostos.

A ousadia passou também pelo reconhecimento da imprevisibilidade dos resultados do processo iniciado e da necessidade de a institucionalidade governamental moldar-

● Uma versão deste texto foi anteriormente publicada como capítulo de um livro: CARVALHO, Cristina Amélia; HOLANDA, Luciana Araújo de; LIRA, Raquel de Oliveira Santos. O Programa Cultura Viva a partir da vivência com os Pontos de Cultura. In: Cristina Amélia Carvalho; Débora Paschoal Dourado; Rodrigo Gameiro. (Org.). *Cultura e Transformação: Políticas e Experiências Culturais*. 1ed. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2013, v. 1, p. 45-53.

se e ajustar-se progressivamente às necessidades desse novo público cujo aparato governamental apenas tinha ferramentas gerenciais e legais para uma ação assistencial. Uma atuação política de parceria e construção compartilhada e a interação com interlocutores de mil perfis, que se espriam do grande urbano aos múltiplos mundos rurais, da Amazônia ao Cerrado planaltino, dos pampas do sul à Zona da Mata do grande latifúndio canavieiro, era um desafio para uma tecnoburocracia treinada no atendimento subserviente a um único perfil dominante e hegemônico de um estado patrimonialista.

A percepção deste contexto nos permite observar e analisar algumas das transformações no campo da cultura e, em particular, nos Pontos de Cultura. Passados alguns anos do início do programa, pretendemos iluminar aspectos do PCV a partir do ponto de vista dos espaços políticos, culturais, acadêmicos onde atuamos, confrontando-os ao que foi proposto e realizado desde o MinC.

Ao observar criticamente os passos percorridos, as ações do presente podem ser ajustadas para que o futuro seja a possibilidade de construção do que almejamos. Avaliar criticamente é também assumir a responsabilidade de aceitar o debate das idéias expostas e o desafio de assumir as responsabilidades que nos cabem.

A avaliação das políticas públicas não pode ser deixada para uso exclusivo dos governos, para o controle de suas metas e redirecionamento de seus programas, pois o maior interessado na efetividade do discurso programático é a sociedade. A ela interessa controlar e avaliar as políticas e os programas e exigir seus ajustes para efetividade do que foi proposto, e, para isso, há que cada vez mais dominar as técnicas e a postura política que permitam esse exercício. A pesquisa avaliativa de políticas públicas tem importância crucial para o processo de democratização política, social e econômica e, por conseguinte, de construção da cidadania. A avaliação deve revestir-se de características próprias conforme o contexto social, político, cultural e educacional em que se realiza, afirma Penna Firme



(2003), de tal forma que “o avaliador é essencialmente um historiador, que descreve, registra e interpreta a história singular de cada cenário”.



O PCV como ponto de mutação das políticas públicas de cultura no Brasil

Recuperamos em breves parágrafos o contexto social, político e econômico do país até o surgimento do Programa. Do Brasil Colônia ao início da República, o Estado atuou como mecenas e construiu, com os artistas que escolhia, uma relação paternalista, política a que Cesnik e Beltrame (2005) chamaram de “cultura do Estado balcão”. Dificilmente se pode falar em políticas públicas para a cultura nesse período.

A crise mundial de 1929 inaugurou o uso intensivo da cultura como ferramenta ideológica na propaganda política, manteve a lógica do favor e do paternalismo, mas, paralelamente criou instituições de fomento e condução da produção cultural. Em 1934, escreve Moisés (2001), o ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema vinculou a educação e a cultura às políticas de desenvolvimento, mas um desenvolvimento excludente e anti-democrático.

As décadas de 40 e 50 assistiram ao crescimento das iniciativas privadas em projetos de cultura, capitaneados pelo grande empresariado com presunção de mecenas, enquanto no período ditatorial era retomada a institucionalização controlada da produção artístico-cultural. Esta deu origem ao Plano de Ação Cultural para ordenar o financiamento de eventos culturais no governo Médici, e à criação de variadas instituições culturais no governo Geisel. A institucionalização do aparato cultural visava instrumentalizar a ação cultural para domesticar seu caráter crítico e usá-la para o reforço simbólico do regime e dos interesses dominantes.

O processo de redemocratização, iniciado, como detalhado antes, na década de 80, trouxe mudanças para a sociedade brasileira e para o campo da construção das políticas públicas para a cultura. Em sintonia com ênfase neo-liberal que então se viveu, a política instituída consistia na atração de investimentos privados por meio da isenção fiscal. As empresas, usando recursos públicos oriundos da renúncia fiscal, continuou a comandar, sob novo formato, os rumos do investimento na cultura. A tradicional apropriação privada da coisa pública mantinha-se, e o Estado, além de mínimo, era subalterno.

A Lei Sarney, a Lei Mendonça (em São Paulo) e, posteriormente, a Lei Rouanet davam a sustentação legal à estratégia. Com suporte legal e recursos públicos, a iniciativa empresarial reforça sua natural exclusão de tudo o que não lhe rende retorno econômico, sua própria razão de existir. São excluídas as culturas das periferias. É a reprodução da dominação econômica e simbólica, posto que uma atrela a outra.

Para dar nascimento ao Programa Cultura Viva, as políticas públicas passam a orientar-se por dimensões que articulam “cultura como usina de símbolos, cultura como direito e cidadania [e], cultura como economia” (MINC, 2004, p. 8 e 10), de modo a obter a configuração de um sistema nacional reunido sob uma política cultural de envergadura nacional e de democracia cultural.

O PCV, em seu discurso programático, defende a gestão compartilhada e transformadora que evite a imposição a partir do Estado e estimule a criatividade, potencialize a criação e a produção local e propicie sua distribuição por meio de sistemas alternativos de circulação de bens culturais. Assim, pretende alavancar uma transformação social que possibilite o empoderamento, a autonomia e o protagonismo social (MINC, 2004, p. 16), ampliando o significado político no campo da cultura. O PCV inicia em 2004 com o seu carro-chefe, os Pontos de Cultura, e progressivamente é ampliado com a inclusão de



novas ações, como o Agente Cultura Viva, a Cultura Digital, a Escola Viva e o Griô.

Num país em que a alternância de poder a cada 4 anos é um permanente risco de interrupção das políticas e programas instituídos, mesmo quando de indiscutível valor social, o Ministério “blindou” o PCV não só ao apoiar ações culturais preexistentes — e portanto já com inserção nas comunidades espalhadas por todo o território —, mas também ao fomentar as interações e a aceleração das trocas entre os indivíduos envolvidos, de modo a potencializar a autonomia dos sujeitos e impedir o isolamento de cada interlocutor.

Contrapondo para compreender

É de domínio público que atender a editais governamentais é tarefa para poucos, em razão da complexidade dos pré-requisitos exigidos aos proponentes, dos documentos necessários para compor as propostas, das exigências legais e dos mecanismos de controle. A tecnoburocracia central, na complexidade que ela própria cria, valoriza sua expertise e justifica sua indispensabilidade. Ainda que o PCV tenha sido uma experiência de como ultrapassar esses aparentemente intransponíveis obstáculos no decorrer do processo, os editais ainda são assustadores para muitos agentes do campo da cultura comunitária, que neles vislumbram uma ameaça à sua independência.

Mesmo com sérios problemas de sobrevivência financeira, muitos grupos relutam em submeter projetos aos editais públicos por *questões ideológicas*, ou *para não criar dependência do governo*, ou ainda por entender que *concepção ideológica e princípios não são negociáveis*. Os editais públicos são, para muitos, ainda *distantes* e *impositivos* e não permitem a flexibilidade desejada, quando o que se busca é financiamento *de forma mais aberta, mais próxima*.



MÓDULO
2

A flexibilidade prometida pelo poder público, ainda que reconhecida na priorização do apoio às práticas culturais já existentes nas comunidades, não o é quando se trata da aplicação dos recursos em itens previamente definidos, como o kit-multimídia, e das dificuldades em negociar ajustes adequados às particularidades de seu plano de trabalho. Há que referir ainda a formalidade exigida que, em sentido contrário ao discurso de que “o Ponto pode acontecer em uma garagem, pequena casa, barracão, coreto de praça pública, oca, barco e até sob a sombra de uma árvore”, obrigou muitos a usarem ‘CNPJ de aluguel’ (de produtores ou ONGs capazes de compreender um edital de cerca de 57 páginas e elaborar um projeto viável, em troca de 10 a 20% dos recursos.

A questão da adequação do marco legal à realidade social com a qual o PCV interage remete a outro dos objetivos do Programa, objetivo este que diz respeito ao desenvolvimento de ações transversais entre os Ministérios, estados e municípios. Mas, passados esses anos, continua evidente o não alinhamento entre os Ministérios, como ficou demonstrado no caso das Rádios Comunitárias, as quais, mesmo atendendo às exigências do edital específico do MinC, esbarram nos critérios da lei que define os termos para sua abertura, usos e abrangência. Caso similar foi o Programa Agentes Cultura Viva e o descompasso entre o MinC, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho, que resultou em problemas sobejamente conhecidos a respeito do pagamento das bolsas dos jovens.

Parece que a capacidade de articulação política interministerial, bem como a de interferência na construção de procedimentos burocráticos adequados ao público com o qual deseja continuar a dirigir suas ações são entraves significativos para o cumprimento de questões programáticas cruciais que não podem ser somente associadas à escassez de pessoal técnico.

Apesar dos inúmeros — e fartamente relatados — problemas com os repasses dos recursos e o apoio para a prestação das contas dos convênios com o governo federal,





MÓDULO 2

nada fácil de ser realizado por leigos, as vantagens políticas da ampliação do Programa e da expansão dos Pontos, seu fortalecimento por meio da aceleração das interações — patrocinadas fartamente pelos Seminários, Encontros e Teias — são muito maiores que os custos políticos derivados das ineficiências da burocracia. Esse balanço determinou a continuação do PCV. É por este cenário que a auto-organização em rede surge como não só um instrumento político para o empoderamento dos sujeitos, mas também um meio de descoberta de soluções para os problemas existentes.

Ser um Ponto de Cultura é, por si só, um fator de reconhecimento e legitimidade nas comunidades periféricas onde eles existem. Afinal, todos sabem que o Ponto tem a ‘chancela’ do Governo Federal — em localidades em que a presença do Estado é quase inexistente — e que, para obter esse apoio, participou de seleção com muitos outros e teve seu mérito reconhecido. Ainda que ser um Ponto de Cultura seja amplamente reconhecido como uma forma de legitimar as expressões artístico-culturais periféricas e como um importante apoio financeiro para a continuidade e o fortalecimento das atividades já existentes, vários dos participantes, numa aparente contradição, apontaram justamente o fato de ser Ponto de Cultura como algo que dificulta a reflexão política. De fato, verifica-se com frequência que, nos eventos que reúnem representantes dos Pontos e do MinC, a pauta é preenchida por problemas referentes à prestação de contas, aos repasses em atraso, etc., preterindo-se o debate sobre as políticas culturais ou a articulação e a ação política dos Pontos na construção do Sistema Nacional de Cultura, por exemplo.

Percebe-se o perigo de a captação de recursos não apenas tornar-se uma atividade essencial do Ponto, mas, também, passar a orientar a sua lógica de ação e condicionar sua ação. Se o tripé de categorias estruturadoras do PCV é constituído por 1) o Protagonismo (ou a posse e a capacidade de uso dos recursos de conhecimento e de comunicação, entre outros, para a ação); 2) o Empoderamento (ou a consciência do sujeito histórico que age no campo social a partir dos recursos de

poder que acumulou); e 3) a Autonomia (ou a possibilidade de agir orientado pela sua especificidade simbólica), a dinâmica do processo de conquista de posições e de radicalização da participação estagna e morre.

Pontos de Exclamação, Interrogação e Reticências

Destaca-se que a construção do Programa, mesmo antes de sua aprovação, já anunciava uma nova forma de construir uma política pública, pois promovia uma série de debates a respeito da cultura, com a participação de representantes das mais variadas manifestações culturais.

Apontam-se alguns avanços na forma de fazer política pública: o papel ativo do Estado na formulação e na implementação de políticas de cultura; a conexão do Estado com a sociedade (desafio de formular e implementar políticas culturais em circunstâncias democráticas); a ampliação do conceito de cultura (que se traduz no chamado conceito antropológico de cultura); o foco não só nas culturas cultas (eruditas), mas também nas culturas populares, afro-brasileiras, indígenas, de gênero, de orientação sexuais, das periferias, da mídia áudio-visual, das redes informáticas, etc. Afirma Rubim (2007) que a atuação do Ministério da Cultura nestes casos, se não é inaugural, representa um diferencial comparado às anteriores.

No âmbito da transformação da formulação de políticas públicas para a sua formação compartilhada, o PCV:

”

Apresenta uma quebra de paradigma na submissão de projetos para a área cultura. (...) O Programa merece destaque pois se diz e se mostra contra-hegemônico na área cultural (...) e por apresentar uma nova forma de relacionamento entre Estado e 'outras sociedades civis', diametralmente oposta àquela que norteou as ações do MinC até então (SANTOS, 2007, p. 12).



A formulação e as práticas dos Pontos de Cultura confrontam a perspectiva hegemônica e folclorizante, que compreende a cultura não como um processo dinâmico, e sim como um depósito de dados, que busca o que se fixa, o que não se transforma, o que é estável. Dessa forma são desconsideradas as produções simbólicas dos dias atuais.

Porém, embora o PCV envolva uma perspectiva que é inovadora, se comparada às formas anteriores e históricas de formulação de políticas para a cultura, a legislação vigente em relação ao setor cultural não se sintoniza com os anseios do campo e ainda ameaça ser um entrave para o Programa.

Mesmo os Pontos de Cultura que desenvolvem atividades mais substantivas e simbólicas tiveram que formalizar em algum grau sua gestão para se adaptar, por questões de sobrevivência, ao burocratismo federal. As questões tecnocráticas e legais das normas do convênio igualaram os Pontos à condição de pessoas jurídicas. Além disso, o processo de prestação de contas, rígido e burocrático, também obriga os pontos a se burocratizarem:



Nos convênios que regem os Pontos de Cultura, são impostas exigências burocráticas sem os mínimos suportes de treinamento necessários, tratando-os como se fossem órgãos públicos, desviando-se totalmente da filosofia da criação deste programa, a exemplo do discurso de lançamento do Cultura Viva, na fala do próprio ministro Gil (COMISSÃO, 2007).

Ainda que os problemas descritos sejam preocupantes e agravados a cada edital, e que esta questão esteja sendo enfrentada por meio da estadualização do Programa, os representantes dos Pontos argumentam que os erros serão repetidos no âmbito estadual, caso não haja uma reflexão mais aprofundada sobre a condução do PCV pelo MinC.

Aliando o Protagonismo e a Autonomia, os Pontos precisam difundir e multiplicar os recursos de poder de que se apropriaram para os movimentos e grupos culturais ainda isolados. A aliança entre o Protagonismo e o Empoderamento

dos Pontos deve gerar a influência na política e nos instrumentos dos Programas. Da articulação entre o Empoderamento e a Autonomia podem surgir práticas de novo tipo, construídas antropofagicamente sobre as práticas tradicionais (de gestão por exemplo).

Descuidar de assumir a liderança do processo de transformação a partir da luta política para conquistar posições de definição e decisão na formação das políticas, e perder-se na captação de recursos, atendimento a editais e provimento de produtos culturais, será a derrota de um movimento transformador que pode ter início.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e “cultura de massa” nessa sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 3. Ed., 1977. p.287-295.

ALBUQUERQUE, M., Participação cidadã nas políticas públicas. In: **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias, Klaus Hermans (ed.), Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2004.

ALMEIDA, M., “O Corporativismo em declínio?” em DAGNINO, Evelina. (ed.) **Anos 90, Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ARENDT, Hannah. Primeira Parte: textos de Hannah Arendt. In: _____. **O que é política?** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 21-134.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**, para uma teoria geral da política. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas: Papyrus, 1986.

CARVALHO, Cristina Amélia; SILVA, Rosimeri C.; GUIMARÃES, Rodrigo G. Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 7, n. 4, artigo 10, Rio de Janeiro, Dez. 2009

CESNIK, Fábio de Sá; BELTRAME, Priscila Akemi. **Globalização da cultura**. Barueri, SP: Monole, 2005. (Entender o mundo, v. 8).

CHAUI, Marilena de Souza. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, Evelina. (org.) **Anos 90, Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 2004b, p. 19-30.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural**: o Direito à Cultura. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004a.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación**: Revista latinoamericana de Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>. Acesso em 01/jun/2014.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **A imaginação a serviço do Brasil**: programa de políticas públicas de cultura. São Paulo, 2002. 28p. Disponível em: <<http://www.lula.org.br>> Acesso em: 15 jul. 2005.

CPDOC — Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. **A Era Vargas** — 1º tempo — dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro: CPDOC, 1997.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CURY, C. **Políticas culturais no Brasil**: subsídios para lembrar construções de brasilidade. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DÓRIA, C. "Cultura, Brasil e Estado Novo" em **Revista Trópico**, V. 3., 2001.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil de Marx a Gramsci. **Revista Novos Rumos**, n. 46, 2006.

MINC, **Sistema Nacional de Cultura** — Entes federados, sociedade civil e a construção de uma política pública de cultura. Disponível em: www.cultura.gov.br. Acesso em 16/03/2005.

MINC. **Cultura Viva**: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania. Brasília: MinC, 2004.



MOISÉS, José Álvaro. Estrutura Institucional do Setor Cultural no Brasil. In: **Cadernos do Nosso Tempo: Cultura e Democracia**. Rio de Janeiro, RJ: FUNARTE, v. 1, p. 13-55, 2001.

MOISÉS, José Álvaro. Os efeitos das leis de incentivo In: WEFFORT, Francisco; SOUZA, Márcio (orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. RJ: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PENNA FIRME, Thereza. **Avaliação em rede**. Rede de Informações para o terceiro Setor: Tema do mês de setembro de 2003. Disponível em: http://www.rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_set2003.cfm. Acesso em 18/07/2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, III, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, BA: UFBA, 2007.

SANTOS, Eduardo Gomor dos. **Qual sociedade civil?** Análise dos espaços para a construção da hegemonia. Cadernos Gestão Social, V.1, Nº1 (2007). Disponível em: <http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/view/11>. Acesso em: 01/05/2008.

SERAINÉ, A. B. M. S. Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. 253 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

TAPIA, J. Corporativismo societal no Brasil: uma transposição incompleta?, In: DAGNINO, Evelina. (ed.) **Anos 90, Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VIANA, Nildo. **Estado, Democracia e Cidadania**: a Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e controle social. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; WILHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Editora UNESPE; Brasília: ENAP, 1999. p. 213-253.

Indicação de Leituras Complementares

CANCLINI, Néstor Garcia. **Políticas Culturales en América Latina**. México, Grijalbo, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre cultura e Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. (Org.) **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: Edufba, 2010.

